

SOLON SEHN

CURSO DE

**DIREITO,
TRIBUTÁRIO**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 26.12.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S459c

Sehn, Solon

Curso de direito tributário / Solon Sehn. - 1. ed. - [2. Reimp.] - Rio de Janeiro :
Forense, 2024. 760 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-862-7

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

24-87627

CDU: 34:351.713(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO

.....

PARTE GERAL

CAPÍTULO I - DIREITO TRIBUTÁRIO.....	3
1 Atividade financeira do Estado	3
2 Ciência das finanças	3
3 Direito positivo e ciência do direito	5
4 Dogmática do direito tributário.....	5
5 Fontes formais	6
5.1 Constituição Federal	6
5.1.1 Preeminência hierárquico-normativa da Constituição.....	6
5.1.2 Natureza analítica da Constituição Federal de 1988	7
5.2 Tratados internacionais.....	9
5.2.1 Conceito e espécies	9
5.2.2 Hierarquia (CTN, art. 18)	11
5.3 Lei complementar	13
5.3.1 Conceito constitucional.....	13
5.3.2 Hierarquia	16
5.3.3 Funções da lei complementar tributária (CF, art. 146)	20
5.3.3.1 Dispor sobre conflitos de competência	20
5.3.3.2 Regular as limitações ao poder de tributar	20
5.3.3.3 Normas gerais de direito tributário	21
5.3.3.3.1 Conceito	21
5.3.3.3.2 Instituição de tributos sem prévia lei complementar.....	26
5.3.3.3.3 Responsabilidade tributária.....	27
5.3.3.3.4 Prescrição e decadência	28
5.3.3.3.5 Extinção e suspensão do crédito tributário...	29
5.3.3.3.6 Adequado tratamento ao ato cooperativo...	29

5.3.3.3.7	Tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte.....	31
5.3.3.4	<i>Locus</i> normativo do Código Tributário Nacional.....	32
5.3.3.5	Leis complementares estaduais e municipais	32
5.4	Lei ordinária.....	33
5.5	Decretos legislativos e resoluções.....	34
5.6	Atividade legislativa do Poder Executivo	34
5.6.1	Leis delegadas	34
5.6.2	Medidas provisórias e decretos-leis.....	35
5.6.3	Convênios públicos.....	38
5.6.4	Decretos, regulamentos e outros atos normativos.....	40
CAPÍTULO II – TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....		43
1	Tributo.....	43
1.1	Parametricidade constitucional	43
1.2	Elementos do conceito de tributo.....	45
1.2.1	Recursos monetários (exclusão de prestações <i>in natura</i> e <i>in labore</i>)	45
1.2.2	Devidos ao poder público.....	45
1.2.3	Obrigação <i>ex lege</i>	46
1.2.4	Destinadas ao custeio de despesas públicas.....	48
1.2.5	Sem caráter punitivo.....	49
1.3	Irrelevância da denominação.....	53
1.4	Determinação por exclusão.....	54
2	Espécies tributárias.....	54
2.1	Relevância da classificação	54
2.2	Divergências na doutrina.....	56
2.3	<i>Nomen iuris</i>	59
2.4	Impostos.....	59
2.4.1	Caracteres constitucionais	59
2.4.2	Impostos diretos e indiretos	60
2.4.3	Impostos reais e pessoais.....	61
2.5	Taxas.....	61
2.5.1	Características gerais	61
2.5.2	Taxa de serviço	63
2.5.3	Taxa de polícia.....	64
2.5.4	Figuras afins (preço público, tarifa e pedágio).....	65

2.6	Contribuições.....	66
2.6.1	Contribuição de melhoria.....	66
2.6.2	Contribuições especiais.....	69
2.6.2.1	Submodalidades.....	69
2.6.2.2	Referibilidade e suas exceções constitucionais.....	70
2.6.2.3	Exigência de lei complementar.....	74
2.6.2.4	Parafiscalidade obrigatória.....	76
2.6.2.5	Afetação e desvio de finalidade (DRU).....	78
2.6.2.6	Contribuições interventivas.....	81
2.6.3	Contribuições para o custeio da iluminação pública.....	89
2.7	Empréstimos compulsórios.....	90
CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....		91
1	Aspectos gerais.....	91
1.1	Competência e Federação.....	91
1.2	Conceito.....	93
1.3	Caracteres.....	94
1.3.1	Reserva de Constituição.....	94
1.3.2	Indelegabilidade, irrenunciabilidade e capacidade tributária ativa.....	94
1.3.3	Incaducabilidade.....	95
1.3.4	Natureza privativa.....	95
1.3.4.1	Eficácia obstativa da competência.....	95
1.3.4.2	Bitributação e <i>bis in idem</i>	96
1.3.4.3	Vedação para concessão de isenções heterônomas....	99
1.3.5	Alteração de conceitos e institutos de direito privado.....	101
1.3.6	Reconfiguração e redistribuição por emendas constitucionais...	102
1.3.7	Facultatividade e renúncia de receitas.....	103
2	Competência da União.....	105
2.1	Impostos federais.....	105
2.2	Taxas.....	105
2.3	Contribuições.....	105
2.3.1	Contribuições de melhoria.....	105
2.3.2	Contribuições especiais.....	106
2.4	Empréstimos compulsórios.....	106
3	Competência dos Estados.....	106
3.1	Impostos estaduais.....	106

3.2	Taxas	107
3.3	Contribuições.....	107
4	Competência dos Municípios.....	108
4.1	Impostos municipais.....	108
4.2	Taxas.....	108
4.3	Contribuições.....	109
5	Competência do Distrito Federal	109
6	Competência de tributos regulatórios.....	109
CAPÍTULO IV – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS		111
1	Conceito e natureza jurídica.....	111
2	Modalidades	112
3	Regime constitucional.....	113
3.1	Tributos aplicáveis	113
3.2	Deveres formais (“obrigações acessórias”)	113
3.3	Intangibilidade: cláusulas pétreas.....	113
3.4	Eficácia das regras de imunidade.....	114
4	Imunidades gerais.....	114
4.1	Imunidade recíproca.....	114
4.1.1	Administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	114
4.1.2	Entidades da administração indireta.....	118
4.2	Imunidade das entidades religiosas e dos templos de qualquer culto...	121
4.3	Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, instituições de educação e de assistência social	123
4.4	Imunidade de livros, jornais e papéis destinados à sua impressão	126
4.5	Imunidade de fonogramas e videogramas musicais	128
5	Imunidades específicas.....	129
5.1	Imunidades de taxas.....	129
5.2	Imunidades relacionadas à exportação.....	129
5.3	Outras imunidades.....	134
CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS		143
1	Dimensão jurídico-constitucional.....	143
1.1	Normatividade e vinculação	143
1.2	Princípios, regras e ponderação	143
1.3	Princípios-garantia e tributação	145
1.3.1	Caracteres.....	145

1.3.2	Intangibilidade.....	146
1.3.3	Não taxatividade.....	146
2	Princípio da legalidade tributária	146
2.1	Reserva de lei e primazia da lei tributária	146
2.2	Reserva legal qualificada.....	151
2.3	Exceções constitucionais.....	152
2.3.1	Impostos regulatórios.....	152
2.3.2	Contribuição interventiva do § 4º do art. 177	153
2.3.3	Legalidade e tributos extrafiscais	154
3	Princípio da irretroatividade tributária	155
3.1	Irretroatividade e retroatividade benigna.....	155
3.2	Lei vigente na data do evento imponible	157
3.3	Leis procedimentais e fiscalizatórias	158
3.4	Regras sobre a compensação tributária	159
3.5	Intangibilidade da coisa julgada	160
3.5.1	Coisa julgada formal e material.....	160
3.5.2	“Coisa julgada” administrativa e ajuizamento de ação anulatória pela Fazenda Pública	161
3.5.3	Eficácia temporal da coisa julgada tributária (Súmula 239/STF)... ..	163
3.5.4	Coisa julgada inconstitucional	163
3.6	Irretroatividade e proteção da confiança.....	165
4	Princípio da anterioridade.....	170
5	Princípio da capacidade contributiva.....	174
5.1	Conteúdo jurídico	174
5.2	Tributos aplicáveis	177
5.3	Progressividade.....	179
5.4	Mínimo vital.....	180
5.5	Dimensão negativa	181
5.5.1	Idoneidade ou consistência econômica do pressuposto de fato	181
5.5.2	Capacidade econômica objetiva e subjetiva	181
5.5.3	Abuso de presunções legais.....	182
5.5.4	Mitigação dos efeitos inflacionários	183
5.5.5	Vedação de tributação sancionatória.....	184
5.5.6	Coerência interna.....	184
5.5.7	Limitação na definição da sujeição passiva	185
5.5.8	Neutralidade intertemporal	186
5.6	Aplicabilidade atenuada na tributação extrafiscal.....	187

6	Princípio da vedação ao confisco.....	191
7	Princípio da isonomia	194
7.1	Igualdade na criação e na aplicação da lei.....	194
7.2	Isonomia e tributação extrafiscal.....	200
7.3	Extensão de benefício fiscal fundada em isonomia	200
7.4	Diferenças tributárias em razão da origem ou destino.....	202
8	Princípios tributários específicos.....	203
8.1	Generalidade, universalidade e progressividade do imposto de renda	203
8.2	Progressividade.....	205
8.2.1	ITR.....	205
8.2.2	Contribuições previdenciárias.....	205
8.2.3	IPTU	205
8.2.4	ITCMD.....	205
8.3	Seletividade.....	206
8.3.1	IPI.....	206
8.3.2	ICMS.....	206
8.4	Não cumulatividade	208
8.4.1	Origens e antecedentes.....	208
8.4.2	Diferentes técnicas de operacionalização	208
8.4.3	Justificação constitucional.....	209
8.4.4	IPI.....	210
8.4.5	ICMS.....	211
8.4.6	PIS/Pasep e Cofins	211
8.4.7	CBS e IBS.....	211
 CAPÍTULO VI – VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA		213
1	Legislação tributária.....	213
2	Vigência.....	214
2.1	Vigência, validade, vigor e eficácia.....	214
2.2	Vigência da legislação tributária no tempo.....	215
2.3	Vigor da lei tributária revogada (ultratividade).....	216
2.4	Vigência no espaço	217
3	Aplicação.....	218
3.1	Aplicação e incidência.....	218
3.2	Fatos geradores futuros e pendentes	218
3.3	Retroatividade da lei tributária.....	219

4	Interpretação e integração.....	219
4.1	Interpretação como construção de sentido.....	219
4.2	Integração de lacunas.....	220
4.3	Princípios e institutos de direito privado.....	222
4.4	Interpretação mais benéfica e a interpretação literal obrigatória.....	223
CAPÍTULO VII - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		227
1	Modalidades.....	227
2	Fato gerador.....	228
2.1	Ambiguidade e designações alternativas.....	228
2.2	Tributo e norma.....	229
2.2.1	Regra-matriz de incidência tributária.....	229
2.2.2	Hipótese de incidência.....	230
2.2.2.1	Critério material.....	231
2.2.2.2	Critério espacial.....	231
2.2.2.3	Critério temporal.....	231
2.2.3	Consequência jurídica.....	232
2.2.3.1	Base de cálculo.....	232
2.2.3.2	Alíquota.....	233
2.3	Disposições do CTN sobre o fato gerador.....	234
2.3.1	Conceito.....	234
2.3.2	Fatos instantâneos, continuados e complexivos (ou periódicos)...	234
2.3.3	Situação de fato e situação de direito.....	235
2.3.4	Atos e negócios jurídicos condicionais.....	236
2.3.5	Abstração da validade e dos efeitos do ato.....	236
2.3.6	Desconsideração de atos ou negócios jurídicos.....	237
3	Sujeito ativo.....	237
3.1	Capacidade tributária ativa.....	237
3.2	Parafiscalidade.....	237
3.3	Desmembramento territorial.....	237
4	Sujeição passiva direta.....	238
4.1	Sujeição passiva direta e indireta.....	238
4.2	Destinatário constitucional tributário.....	239
4.3	Ineficácia das convenções particulares.....	239
4.4	Solidariedade.....	240
4.5	Capacidade tributária passiva.....	242
4.6	Domicílio tributário.....	242

5	Responsabilidade tributária.....	243
5.1	Espécies de responsabilidade tributária.....	243
5.2	Responsabilidade por substituição.....	243
5.3	Responsabilidade por transferência.....	246
5.4	Responsabilidade dos sucessores.....	248
5.4.1	Aspectos gerais.....	248
5.4.2	Transmissão de bens.....	249
5.4.3	Fusão, transformação, cisão ou incorporação.....	251
5.4.4	Aquisição de estabelecimento empresarial.....	252
5.5	Responsabilidade de terceiros.....	254
5.5.1	Responsabilidade subsidiária e responsabilidade direta.....	254
5.5.2	Responsabilidade dos sócios.....	255
5.5.3	Responsabilidade de administradores da sociedade.....	256
5.5.4	Desconsideração da personalidade jurídica.....	258
5.5.5	Grupo econômico.....	259
5.6	Responsabilidade por infrações.....	260
5.6.1	Subjetivização da responsabilidade.....	260
5.6.2	Autoria, coautoria e participação.....	262
5.6.3	Culpa e dolo.....	264
5.6.4	Espécies de infrações.....	264
5.6.5	Denúncia espontânea.....	265
CAPÍTULO VIII – EVASÃO E ELISÃO.....		271
1	Diferenciação.....	271
2	Parágrafo único do art. 116 do CTN.....	274
3	Simulação.....	276
4	Fraude.....	278
4.1	Fraude à lei.....	278
4.2	Fraude fiscal.....	282
5	Abuso de direito.....	283
5.1	<i>Economic substance doctrine</i>	283
5.2	Princípio da vedação ao abuso do direito.....	285
5.3	Admissibilidade do controle no direito brasileiro e a ADI 2.446.....	293
5.4	Pressupostos de caracterização do planejamento fiscal abusivo.....	298
6	Negócio jurídico indireto.....	301
7	Negócio jurídico fiduciário.....	302

CAPÍTULO IX CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	303
1 Lançamento tributário	303
1.1 Conceito e natureza jurídica	303
1.2 Eficácia	305
1.3 Legislação aplicável.....	307
1.4 Competência	308
1.5 Lançamento e auto de infração	309
1.6 Discricionariedade e vinculação	309
1.7 Modalidades	310
1.7.1 Critério classificatório adotado pelo CTN.....	310
1.7.2 Lançamento por declaração.....	310
1.7.3 Lançamento por homologação	311
1.7.4 Lançamento de ofício	316
1.8 Técnica de arbitramento (“lançamento por arbitramento”)	317
1.9 Lançamento provisório e definitivo	318
1.10 Constituição do crédito tributário no depósito judicial.....	318
1.11 Revisão do lançamento	318
1.11.1 Meios de alteração previstos no CTN	318
1.11.2 Vício formal	319
1.11.3 Erro de fato e erro de direito	320
1.11.4 Mudança de critério jurídico.....	322
1.11.5 Proteção da confiança na revisão do lançamento.....	323
2 Suspensão da exigibilidade	324
2.1 Hipóteses de suspensão previstas no CTN.....	324
2.2 Lançamento para a prevenção de decadência.....	327
2.3 Moratória	327
2.4 Parcelamento.....	329
2.5 Depósito integral	330
3 Extinção	331
3.1 Hipóteses de extinção previstas no CTN.....	331
3.2 Pagamento	332
3.2.1 Regras do pagamento	332
3.2.2 Pagamento e imposição de penalidade	334
3.2.3 Mora.....	334
3.2.4 Imputação do pagamento	335
3.2.5 Consignação em pagamento.....	336
3.2.6 Pagamento indevido	337

3.2.6.1	Direito de repetição do indébito	337
3.2.6.2	Repetição do indébito nos tributos indiretos	339
3.2.6.3	Prazo prescricional.....	343
3.3	Compensação	346
3.4	Transação	352
3.5	Remissão	352
3.6	Decadência	353
3.7	Prescrição	355
3.8	Dação em pagamento.....	360
4	Exclusão	360
4.1	Isenção	360
4.1.1	Natureza jurídica	360
4.1.2	Regime constitucional	364
4.1.3	Isenção e não incidência	365
4.1.4	Isenções pessoais, reais ou mistas	366
4.1.5	Disposições do CTN aplicáveis às isenções	367
4.1.6	Isenções “condicionadas” e direito adquirido	368
4.2	Anistia	368
5	Garantias, privilégios e preferências.....	369

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO I	IMPOSTOS FEDERAIS.....	375
1	Imposto de importação	375
1.1	Origens e características	375
1.2	Princípios	376
1.3	Legislação aplicável.....	379
1.4	Hipótese de incidência	379
1.4.1	Critério material.....	379
1.4.1.1	Conceito jurídico de importação	380
1.4.1.2	Importação presumida: tributação do extravio.....	383
1.4.1.3	Bens nacionais exportados: incidência na reimportação	385
1.4.2	Critério espacial.....	387
1.4.3	Critério temporal	387
1.5	Consequência tributária	388
1.5.1	Base de cálculo.....	388

1.5.1.1	AVA/OMC.....	388
1.5.1.2	Métodos de valoração aduaneira	389
1.5.1.3	Método primário.....	390
1.5.1.4	Métodos secundários	399
1.5.2	Alíquotas	403
1.5.3	Sujeição passiva	404
2	Imposto de exportação.....	404
2.1	Princípios	404
2.2	Legislação aplicável.....	405
2.3	Hipótese de incidência	405
2.4	Consequência tributária	409
3	Imposto de renda	410
3.1	Origens históricas	410
3.2	Princípios	410
3.3	Legislação aplicável.....	410
3.4	Tributação das pessoas físicas	411
3.4.1	Hipótese de incidência	411
3.4.1.1	Disponibilidade econômica	411
3.4.1.2	Distorções e situações-limite	414
3.4.1.3	Conceito jurídico de renda	415
3.4.1.4	Cessão gratuita de imóveis.....	419
3.4.1.5	Critérios espacial e temporal	420
3.4.2	Consequência tributária.....	421
3.4.2.1	Sujeição passiva	421
3.4.2.2	Alíquotas	421
3.4.2.3	Base de cálculo.....	422
3.4.3	Restituição e saldo a pagar.....	425
3.4.4	Atualização monetária da tabela progressiva e dos limites de isenção	425
3.5	Ganho de capital	426
3.5.1	Natureza jurídica e constitucionalidade.....	426
3.5.2	Hipótese de incidência	427
3.5.3	Alíquotas e base de cálculo	429
3.5.4	Sujeição passiva	432
3.6	Tributação das pessoas jurídicas.....	432
3.6.1	Lucro real	432
3.6.1.1	Aplicabilidade	432

3.6.1.2	Hipótese de incidência	433
3.6.1.2.1	Lucro líquido ajustado.....	433
3.6.1.2.2	Receita bruta	435
3.6.1.2.3	Custos e despesas	438
3.6.1.2.4	Preços de transferência.....	447
3.6.1.2.5	Vedações de dedutibilidade	451
3.6.1.2.6	Regime de competência	452
3.6.1.2.7	Reconhecimento da receita no contrato de compra e venda	456
3.6.1.2.8	Reconhecimento na prestação de serviços ...	457
3.6.1.2.9	Sentenças judiciais e precatórios.....	457
3.6.1.3	Base de cálculo e compensação de prejuízos fiscais....	460
3.6.1.4	Subvenções para investimento: requisitos para exclusão do lucro real	463
3.6.2	Lucro presumido	469
3.6.3	Lucro arbitrado.....	472
3.6.4	Sujeição passiva	473
3.6.5	Alíquota e adicional	473
4	Imposto sobre produtos industrializados	474
4.1	Princípios	474
4.1.1	Estrita legalidade e anterioridade mínima.....	474
4.1.2	Isonomia e cláusula do tratamento nacional	474
4.1.3	Seletividade	477
4.1.4	Não cumulatividade.....	477
4.2	Legislação aplicável.....	481
4.3	IPI-Importação	482
4.3.1	Hipótese de incidência	482
4.3.2	Base de cálculo.....	483
4.3.3	Alíquotas	484
4.3.4	Sujeição passiva	484
4.4	IPI-Industrialização	484
4.4.1	Hipótese de incidência	484
4.4.1.1	Critério material	484
4.4.1.2	Conceito de produtos industrializados	488
4.4.1.3	Critérios espacial e temporal	492
4.4.2	Base de cálculo.....	492
4.4.3	Alíquotas	495

4.4.4	Sujeição passiva: limites da equiparação a estabelecimento industrial	495
4.5	IPI após a Reforma Tributária.....	496
5	IOF.....	497
5.1	Princípios	497
5.2	Legislação aplicável.....	497
5.3	Hipótese de incidência.....	497
5.3.1	Critério material.....	497
5.3.2	Critério temporal e espacial.....	501
5.4	Base de cálculo e alíquotas	501
5.5	Sujeição passiva.....	502
5.6	IOF após a Reforma Tributária.....	502
6	ITR.....	503
6.1	Progressividade.....	503
6.2	Hipótese de incidência.....	503
6.3	Base de cálculo e alíquotas	504
6.4	Sujeição passiva.....	505
CAPÍTULO II – IMPOSTOS ESTADUAIS		507
1	ITCMD.....	507
1.1	Legislação aplicável.....	507
1.2	Hipótese de incidência.....	507
1.3	Base de cálculo	509
1.4	Alíquotas.....	509
1.5	Sujeição ativa.....	510
1.6	Sujeição passiva.....	511
2	ICMS.....	511
2.1	Legislação aplicável.....	511
2.2	Princípios.....	511
2.2.1	Anterioridade e anterioridade mínima.....	511
2.2.2	Isonomia e tratamento nacional.....	511
2.2.3	Seletividade	513
2.2.4	Não cumulatividade.....	513
2.3	ICMS sobre operações mercantis	519
2.3.1	Hipótese de incidência	519
2.3.1.1	Critério material.....	519
2.3.1.1.1	Mudança da titularidade.....	520

	2.3.1.1.2	Conceito de mercadoria.....	522
	2.3.1.1.3	<i>Softwares</i>	524
	2.3.1.1.4	Fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e similares.....	526
	2.3.1.1.5	Fornecimento de mercadorias com a prestação de serviço em contratos mistos	527
	2.3.1.2	Critérios espacial e temporal	528
2.3.2		Consequência tributária.....	528
	2.3.2.1	Base de cálculo.....	528
	2.3.2.2	Alíquotas	533
	2.3.2.3	Sujeição passiva	536
2.4		ICMS sobre importações	537
	2.4.1	Hipótese de incidência	537
	2.4.1.1	Critério material.....	537
	2.4.1.2	Critérios temporal e espacial	539
	2.4.2	Consequência tributária.....	540
	2.4.2.1	Base de cálculo.....	540
	2.4.2.2	Alíquotas	541
	2.4.2.3	Sujeição passiva	541
	2.4.2.4	Sujeito ativo: titularidade do crédito tributário.....	541
2.5		ICMS sobre serviços de transporte	546
	2.5.1	Hipótese de incidência	546
	2.5.1.1	Critério material.....	546
	2.5.1.2	Critérios espacial e temporal	549
	2.5.2	Consequência tributária.....	549
	2.5.2.1	Base de cálculo.....	549
	2.5.2.2	Alíquotas	549
	2.5.2.3	Sujeito passivo.....	549
	2.5.2.4	Sujeito ativo.....	550
2.6		ICMS sobre serviços de comunicação	550
	2.6.1	Hipótese de incidência	550
	2.6.1.1	Critério material.....	550
	2.6.1.1.1	Conceito de comunicação.....	550
	2.6.1.1.2	Serviços de telecomunicação.....	551
	2.6.1.2	Critério temporal	554
	2.6.1.3	Critério espacial.....	554
	2.6.2	Consequência tributária.....	554

2.6.2.1	Base de cálculo.....	554
2.6.2.2	Alíquotas	554
2.6.2.3	Sujeição passiva.....	554
2.6.2.4	Sujeito ativo.....	554
2.7	ICMS após a Reforma Tributária.....	555
3	IPVA	557
3.1	Anterioridade mínima.....	557
3.2	Hipótese de incidência.....	557
3.3	Base de cálculo e alíquota.....	558
3.4	Sujeição passiva e ativa.....	558
CAPÍTULO III – IMPOSTOS MUNICIPAIS		561
1	IPTU.....	561
1.1	Princípios.....	561
1.1.1	Anterioridade e anterioridade mínima.....	561
1.1.2	Estrita legalidade.....	561
1.1.3	Progressividade	561
1.2	Hipótese de incidência.....	563
1.2.1	Critério material.....	563
1.2.2	Critério espacial: conceito de zona urbana.....	564
1.2.3	Critério temporal	566
1.3	Consequência tributária	566
1.3.1	Base de cálculo.....	566
1.3.2	Alíquotas	567
1.3.3	Sujeição passiva.....	567
2	ITBI.....	568
2.1	Legislação aplicável.....	568
2.2	Hipótese de incidência.....	568
2.3	Base de cálculo	569
2.4	Alíquota	570
2.5	Sujeição ativa e passiva.....	570
3	ISS	570
3.1	Legislação aplicável.....	570
3.2	Hipótese de incidência.....	571
3.2.1	Critério material.....	571
3.2.1.1	Taxatividade da lista de serviços	571
3.2.1.2	Conceito de serviços no direito privado	572

3.2.1.3	Ampliação do conceito de serviço na doutrina e na jurisprudência.....	574
3.2.1.4	Contratos mistos	576
3.2.1.5	Autorização, permissão e concessão de serviços públicos.....	578
3.2.1.6	Importação de serviços.....	579
3.2.2	Critério espacial.....	581
3.2.3	Critério temporal	582
3.3	Consequência tributária	583
3.3.1	Base de cálculo.....	583
3.3.2	Alíquotas	585
3.3.3	Sujeição passiva.....	585
3.3.4	Sujeito ativo.....	585
3.4	ISS após a Reforma Tributária	586
CAPÍTULO IV – CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS		587
1	PIS/Pasep e Cofins	587
1.1	Princípios.....	587
1.1.1	Anterioridade nonagesimal	587
1.1.2	Não cumulatividade.....	587
1.1.3	Isonomia e tratamento nacional.....	588
1.2	Legislação aplicável e diversidade de regimes.....	591
1.3	Regime cumulativo.....	592
1.3.1	Aplicabilidade	592
1.3.2	Hipótese de incidência	594
1.3.2.1	Critério material.....	594
1.3.2.2	Critério espacial.....	596
1.3.2.3	Critério temporal	596
1.3.3	Consequência tributária.....	596
1.3.3.1	Base de cálculo.....	596
1.3.3.2	Alíquotas	598
1.3.3.3	Sujeição passiva e ativa	598
1.4	Regime não cumulativo	598
1.4.1	Aplicabilidade.....	598
1.4.2	Hipótese de incidência	599
1.4.2.1	Critério material.....	599
1.4.2.2	Critério espacial.....	605
1.4.2.3	Critério temporal	605

1.4.3	Consequência tributária.....	605
1.4.3.1	Base de cálculo.....	605
1.4.3.2	Alíquotas	609
1.4.3.3	Sujeição ativa e passiva.....	609
1.4.4	Não cumulatividade.....	609
1.4.4.1	Técnica de operacionalização	609
1.4.4.2	Hipóteses de creditamento.....	612
1.5	Importação de produtos e serviços	618
1.5.1	Produtos.....	618
1.5.1.1	Hipótese de incidência	618
1.5.1.2	Consequência tributária.....	618
1.5.1.2.1	Base de cálculo	618
1.5.1.2.2	Alíquotas	619
1.5.1.2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	620
1.5.2	Serviços.....	620
1.5.2.1	Hipótese de incidência	620
1.5.2.2	Alíquotas e base de cálculo	626
1.5.2.3	Sujeição ativa e passiva.....	627
1.5.3	Não cumulatividade.....	627
1.6	PIS/Pasep sobre a folha de salários.....	632
1.6.1	Aplicabilidade.....	632
1.6.2	Hipótese de incidência	632
1.6.3	Alíquota e base de cálculo.....	632
1.6.4	Sujeição passiva e ativa.....	632
1.7	PIS/Pasep sobre receitas e transferências de pessoas jurídicas de direito público interno.....	633
1.7.1	Hipótese de incidência	633
1.7.2	Alíquota e base de cálculo	634
1.7.3	Sujeição passiva e ativa.....	634
1.8	PIS/Pasep e Cofins após a Reforma Tributária.....	634
2	CSLL	634
2.1	Legislação aplicável.....	634
2.2	Hipótese de incidência.....	635
2.3	Consequência tributária	635
3	Contribuição social sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.....	637
3.1	Contribuição social da empresa incidente sobre a remuneração de segurados empregados e trabalhadores avulsos	637

3.1.1	Hipótese de incidência	637
3.1.2	Base de cálculo: parcelas remuneratórias e não remunera- tórias	642
3.1.3	Alíquota geral e adicional de instituições financeiras	651
3.1.4	Sujeição passiva, retenção na fonte e solidariedade.....	653
3.2	Contribuição social da empresa incidente sobre a remuneração de contribuintes individuais.....	655
3.3	Contribuição ao SAT.....	657
3.4	Contribuições de terceiros.....	660
3.4.1	Contribuições ao Sistema “S”	660
3.4.2	Salário-educação	665
3.5	Contribuição social da empresa contratante das cooperativas de trabalho.....	666
3.6	Contribuição social do empregador doméstico.....	666
3.7	Contribuição social dos segurados.....	667
3.7.1	Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico	667
3.7.2	Contribuinte individual e segurado facultativo	668
3.7.3	Segurado especial	668
4	Contribuições substitutivas da folha incidentes sobre a receita bruta	669
4.1	Contribuição social de associação desportiva futebolística	669
4.1.1	Hipótese de incidência	669
4.1.2	Base de cálculo e alíquota	670
4.1.3	Sujeição passiva e ativa	670
4.2	Contribuição social da agroindústria.....	671
4.2.1	Hipótese de incidência	671
4.2.2	Base de cálculo e alíquota	672
4.2.3	Sujeição ativa e passiva.....	674
4.3	Contribuição social do empregador produtor rural pessoa jurídica	674
4.3.1	Hipótese de incidência	674
4.3.2	Base de cálculo e alíquotas.....	676
4.3.3	Sujeição passiva e ativa.....	677
4.4	Contribuição social do empregador rural pessoa física	677
4.4.1	Hipótese de incidência	677
4.4.2	Base de cálculo e alíquotas.....	678
4.4.3	Sujeição passiva e ativa.....	680
4.5	Contribuição previdenciária sobre a receita bruta.....	680
4.5.1	Hipótese de incidência.....	680

4.5.2	Base de cálculo e alíquotas.....	681
4.5.3	Sujeição ativa e passiva.....	683
CAPÍTULO V	SIMPLES NACIONAL.....	685
1	Legislação aplicável.....	685
2	Aplicabilidade e vedações.....	685
3	Tributos unificados.....	689
4	Hipótese de incidência.....	691
5	Base de cálculo e alíquotas.....	692
6	Sujeição passiva.....	692
REFERÊNCIAS	693